

UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
 Centro Regional do Porto
 Faculdade de Teologia

HUMANÍSTICA E TEOLOGIA
 Publicação Quadrimestral

Edição e propriedade da Faculdade de Teologia
 Rua Diogo Botelho, 1327 (Tel. 680236)
 4100 PORTO
 PORTUGAL

Assinatura Anual

Portugal	1000\$00
Estrangeiro	US\$18.00

Fascículo avulso

Portugal	350\$00
Estrangeiro	US\$ 7.00

Ano 10 — Maio-Agosto de 1989 — Fasc. 2

Director: Carlos A. Moreira Azevedo

Conselho da Direcção:

Angelo Alves
 António Maria Bessa Taipa
 Joaquim Monteiro
 Manuel de Pinho Ferreira

1989

Composto e impresso:

Editora Correio do Minho — Braga
 Depósito Legal: 18086/87

Alternativa sócio-política, proposta por E. Mounier

Tomando consciência da geral desorganização e da confusão que existia acerca dos valores, o primeiro objectivo de E. Mounier foi propor uma esclarecida e eficaz *pedagogia social*. Frente ao capitalismo selvagem, ao comunismo, nazismo e fascismo totalitários, pretende encontrar uma alternativa eficaz que respeite a ordem da natureza e as perspectivas cristãs.

O seu objectivo é conseguir «pessoas comunitárias», uma forma de social-democracia ou socialismo de rosto humano, em que a pessoa, como ser espiritual, imanente e transcendente, seja o ponto de referência para todas as decisões e opções pessoais, sociais e políticas.

I — A «terceira via» ou a alternativa, tem bases humanistas e cristãs. E é sobre elas que Mounier reflecte, tendo sempre em conta a situação concreta das pessoas e o momento histórico da sociedade, para propor pistas de solução.

Creio que se poderiam resumir nos seguintes pontos:

1. É essencial bem estudar o que é a pessoa e a perspectiva personalista. Não se trata de um sistema, porque todas as sistematizações tendem a tornar-se «absolutos unilaterais», mas de um método, uma dinâmica criteriosa e aberta, despertadora e motivadora da dignidade e responsabilidade pessoal e social.

2. Pretende aprofundar a necessidade das relações humanas sadias, correctas e coerentes, relativamente à natureza cósmica, às pessoas entre si, com a respectiva complementaridade e solidariedade e face ao Transcendente, presente em todas as situações, de forma discreta mas real:

- a. A natureza deve ser sensatamente usada e valorizada, mas não deteriorada. Foi entregue à humanidade para lhe «dar nome», para a conhecer e pô-la ao serviço da comunidade humana, tendo em conta o presente e o futuro. A ciência e a tecnologia devem ser usadas com critérios éticos pertinentes, como «administradores razoáveis» que somos e não senhores absolutos.
- b. A pessoa, cada pessoa, não tem preço não deverá nunca ser utilizada como meio, como objecto, mas respeitada como sujeito. A realização faz-se pela mediação do trabalho solidário. É urgente despertar a consciência de que somos filhos de uma relação e é nossa vocação comum buscar a comunhão pelo diálogo que conduza à complementaridade em liberdade.
- Toda a pessoa é irmã, todo o trabalho tem a dignidade de quem o executa; por isso deve ter um carácter solidário, criativo e até lúdico.
- c. Sendo o trabalho um grande meio de realização pessoal, é também e simultaneamente um modo, um processo de partilha social, de colaboração complementar, eticamente obrigatória, embora sempre como expressão da liberdade consciente e responsabilmente assumida.
- d. Os cristãos, enquanto baptizados, dispõem duma participação especial no «ser criador», que também se tornou redentor em Jesus Cristo. Isto implica uma dignidade, uma consciência e uma responsabilidade face a Deus, aos outros e ao Cosmos. Os cristãos devem ser os mais exigentes no respeito e promoção das pessoas, todas e sempre imagens de Deus, no empenhamento, na encarnação dos valores, no trabalho científico e técnico e especialmente na promoção sócio-política dos valores, sempre abertos e sinais da presença de Deus, acolhedor e estimulador da busca da Verdade, de que todos somos peregrinos enquanto estivermos no tempo.

II — Como concretizar estes princípios

O valor de uma teoria prova-se pela sua eficiência prática. Torna-se inútil enunciar teorias que não tenham aplicação prática, que não sirvam a humanidade. Neste sentido, Mounier pro-

põe processos racionais, eficazes e eticamente correctos, num ambiente adverso:

1. O primeiro passo, no Ocidente capitalista, seria retirar ao «Grande Capital» anónimo, a capacidade de influenciar o Estado, de modo que este deixe de ser o protector legal de um mundo desumano, construído contra a grande maioria das comunidades humanas impotentes e sem ou contra os valores ético-sociais sádios.

2. Torna-se essencial coordenar a economia, descentralizá-la, na medida em que for tecnicamente correcto, de modo a que cada pessoa não se torne anónima peça da máquina produtiva, tanto na versão capitalista como na comunista. A economia deve ser concebida e executada, tendo em conta o primado das pessoas em vez da «produção planeada», ou do «máximo lucro».

3. Devem desenvolver-se associações profissionais, cooperativas e equilibrado poder local, de modo a harmonizar a produção em função das reais necessidades das pessoas situadas num tempo e num espaço regional, nacional e continental.

4. É dado que a vocação é de solidariedade, as associações sociais e políticas, devem ter sempre muito presente, nas opções fundamentais, o dever da complementaridade, da solidariedade nacional e internacional.

5. Todavia, na base de tudo deve estar o empenhamento na educação social, no desenvolvimento cultural, científico, técnico e ético. Mounier gostava de insistir na urgente necessidade da «demopaidéia», de modo que, da predominância do «indivíduo», se evoluísse para o conceito aberto de «pessoa», ser consciente da própria vocação imanente, transcendente e, sobretudo, de solidariedade, empenhada no serviço da Humanidade fraterna.

6. Para se conseguir uma democracia efectiva e não apenas formal, as pessoas devem ser informadas e formadas, tornando-se realmente cultas, capazes de investigar, avaliar e decidir por si mesmas, ultrapassando a tentação dos chefes manipuladores.

7. As associações políticas e os partidos, deveriam ter, como função primordial, uma *acção pedagógica* sobre as opções políticas e respectivos projectos. Quando os partidos se tornam máquinas de conquista do poder, tendem a não olhar a meios; é quase inevitável a corrupção e o nepotismo. Neste caso, por

uma dinâmica interna, os interesses de grupo ultrapassam o bem comum que é esquecido ou iludido.

8. É essencial uma vigilância permanente, para que a ideologia não se torne uma espécie de religião alienante da liberdade pessoal. Por vezes desenvolve-se um processo de «partidarite» para estabelecer uma forma de ditadura disfarçada. Não basta que os princípios sejam correctos, há que verificar se são aplicados e quais os efeitos práticos para toda a comunidade.

9. É essencial manter e desenvolver sensatamente o pluralismo de opções políticas, como condição de livre escolha pessoal, assim como da representatividade complementar da complexidade do social e cultural. E é normal que as leis favoreçam a possibilidade da alternativa política por processos democráticos, transparentes e honestos.

10. A missão da «revolução personalista» será conseguir uma progressiva e real harmonia entre pessoa e comunidade. O que implica que a economia esteja submetida à política, esta ao bem comum e tudo orientado por princípios e valores éticos comuns, no referente à pessoa e à comunidade.

Visto que vivemos numa comunidade pluralista, há que respeitar as legítimas diferenças; mas todos deveriam aceitar a promoção da liberdade responsável de todas as pessoas que, segundo as próprias aptidões, devem participar, prestar um serviço à Comunidade. A todos deve ser garantida a efectiva liberdade política e religiosa, proporcionando a todos idênticas oportunidades, prestando-se especial atenção aos mais débeis.

11. O «personalismo» não deve converter-se numa ideologia. Pretende-se que seja um método pedagógico, pessoal e social, de modo a acordar as pessoas e os grupos para a respectiva responsabilidade e solidariedade local, nacional e internacional.

12. A «solidariedade» é um aspecto essencial na «revolução personalista». A complementaridade solidária, o apoio recíproco a nível profissional, familiar e sócio-político, deve estar aberto à corresponsabilidade, proporcional às necessidades efectivas dos outros.

13. A «pessoa é o supremo bem do universo». As diferentes formas de «socialismo em liberdade», são úteis processos de análise e meios de actuação solidária, para se conseguir avançar, pela pedagogia e acção política, para a personalização, para um mundo de «pessoas comunitárias», porque livres do medo, do

egoísmo, das pressões económicas capitalistas e comunistas e abertas à Esperança de que o melhor ainda não chegou: depende das pessoas lúcidas e corajosas inventá-lo e realizá-lo no meio de tribulações e as alegrias da consciência de combater o bom combate.

III — A *pessoa* é pois o cume dos seres criados e por isso eles são relativos. É uma *substância incarnada, incorporada*, em que há três aspectos fundamentais a não perder de vista, para evitar o desequilíbrio: o corpo, o espírito e a cultura, enquanto ser histórico e situado. Não há experiências nem de corpos, nem de almas, mas única e exclusivamente de pessoa que existe como um sistema aberto, integrando vários subsistemas interdependentes e solidários:

1. No e pelo corpo, cada pessoa expõe-se a si mesma, ao mundo e aos outros. Como os outros animais, sente e sofre, ocupa um espaço, é datável e está submetida ao ciclo biológico, com as suas necessidades e leis de nascer, desenvolvimento e desagregação. Assim, situada na história acolhe as experiências que esse tempo e meio proporcionam.

2. Porque é espírito incarnado, é capaz de solidão, de pensamento, de projecto, de consciente diálogo, de comunhão selectiva com os outros e capaz de encontrar sentido para a vida pessoal, social e do cosmos, do começo e fim da Vida.

A pessoa transcende a natureza enquanto a conhece, entende, interpreta e integra num projecto, sem ter de se deixar aprisionar por ela.

Enquanto abertura aos outros, é capaz de comunicação, de partilha entre o «eu», o «tu» e o transcendente, causa final de tudo.

3. Tendo consciência das próprias capacidades, limites e de liberdade de escolha, a pessoa normal descobre que pode e deve dar sentido ao seu ser, saber e fazer, abrir-se à comunhão no tempo e para além da morte biológica, que será uma mudança de estado existencial. Tudo deve ser meio para conseguir que as pessoas levem, até às últimas consequências, a vocação de partilha razoável, porque isso faz parte da própria identidade, ser com, por e para os outros, no Outro.

IV — *A acção política não é tudo, mas está em tudo*, repete Mounier, com frequência. E é por meio dela que se efectivam as acções conducentes aos objectivos que acabamos de enunciar, dum modo genérico.

Tendo apresentado, de forma sintética a perspectiva de E. Mounier, passamos, agora, aos processos de intervenção política, suas modalidades, técnicas e a necessária dimensão ética subjacente à concepção personalista¹:

1. É importante, em todas as situações, nas pertinentes intervenções, nos adequados compromissos a assumir e nos riscos medidos a correr, nunca perder de vista o Absoluto e as Pessoas concretas e tomá-las como ponto de referência, para aferir critérios de decisão. O testemunho e a acção política são apenas meios. É essencial não inverter a ordem dos valores e factores; fazer deles fins, seria envenenar, perverter o processo, por melhores que sejam as intenções. De contrário, seria tomar a nuvem por Juno e pouco mais ficaria do que a eventual e contestável conquista do poder, o seu usufruto e a balofa mística do jogo político, vazio de sentido ético. Por isso mesmo é essencial uma clara referência a uma objectiva escala de valores, regularmente aferida a repensada, face ao mundo concreto e da necessária intervenção política. Como o real, o concreto sofre constantes mutações, o político, aliás todos os cidadãos, com critério, deverão repensar, reavaliar as próprias posições teóricas, face aos novos dados. Os métodos indutivo, dedutivo e análogo devem ser utilizados criteriosamente. É este o preço da seriedade de quem está consciente do que significa ser pessoa comprometida, aberta e firme, sem ceder a oportunismos e sem deixar passar a oportunidade.

Como a «nobre arte» da política é da ordem do possível e não do ideal, é fundamental a unidade entre contemplação e a acção económica, cultural, etc.; de modo idêntico, entre a acção política, a economia e o ético deve haver iluminação recíproca².

Mounier define o profeta como «aquele que vê primeiro». Precisamente por isso, o profético e o político deveriam integrar-se na pessoa que vive a sério o risco da vida empenhada,

¹ As referências são das *Oeuvres Complètes*, 4 v., Paris, Ed. Mounier — Seuil, 1963. Cf. I/74 e 152; IV-239.

² Cf. III/502.

segundo os próprios talentos, ao serviço do bem comum. Qualquer política raramente disporá de evidências. Por isso mesmo, o político sadio é um atento pesquisador da verdade e de atenção ao real da vida das pessoas a curto, médio e longo prazo³.

2. A macro-política não pode esquecer a micro-política, nem esta perder de vista aquela. Torna-se necessário o trabalho de pesquisa e avaliação interdisciplinar, para se conseguir diagnósticos válidos, adaptar pensamento e acção e, sob a vigilância ética, conseguir a eficácia possível, segundo os ritmos considerados pertinentes, adequados a cada situação.

Sendo necessário pensar nas pessoas antes de pensar nos lucros, não há progresso cultural e espiritual sem uma revolução económica orientada para satisfazer as necessidades básicas de todas as pessoas. E, por outro lado, não há sucesso económico que resolva os problemas humanos, se não é acompanhado de uma conversão pessoal e social na linha da cultura e do espiritual. De facto as mudanças estruturais ajudam, mas não resolvem os problemas mais profundos das pessoas, sem uma metanóia da mentalidade e da interioridade das pessoas.

Neste domínio, Mounier insiste a tempo e fora de tempo, que antes de se pensar em Estado há que pensar nas pessoas, nas famílias, nos grupos primários, onde se estrutura ou destrói o futuro. O Estado deve convencer-se que a sua função é servir os membros que o integram. E a promoção humana sadia implica satisfação das necessidades básicas e com isso, nomeadamente, de aculturação e promoção de valores a assimilar e que dão sentido à vida humana.

A leitura correcta dos «sinais dos tempos» exige muita meditação e atenção ao «mestre interior». Este esforço permanente da inteligência do real, implica abertura empática à opinião alheia, para conseguir uma avaliação global correcta e em constante mobilidade.

Cada pessoa, cada cidadão, deverá manter adequada independência crítica na avaliação dos problemas e das respectivas respostas ou propostas de solução, de modo a que o seu voto, antes de ser expressão partidária, seja expressão de consciência esclarecida.

³ Cf. II/678.

O empenhamento político directo, a todos os níveis do Estado, deve ser avaliado em função das próprias capacidades de servir o bem comum. Isto implica um certo risco, a correr ponderadamente. Mas é essencial avaliar com quem e por quem se compromete, e quais os critérios de actuação. Na perspectiva de Mounier, o fim em vista será conseguir que o máximo de cidadãos se tornem «pessoas comunitárias», abertas aos outros e ao transcendente, em liberdade responsável⁴.

V — História e compromisso

Basicamente trata-se de reflexão aturada e apurada que conduza à intervenção, tão lúcida quanto comprometida, na orientação dos acontecimentos. Esta perspectiva é um dos pontos fulcrais na estratégia de Mounier em vista da comunidade personalista a construir de modos diferentes, consoante os materiais disponíveis e as circunstâncias.

E este processo da orientação da história nunca está encerrado, só se concluirá na escatologia. Por definição, o devir histórico é da ordem do ir sendo, do já e do ainda não. Esta atenção e «intervenção profética» não pode cair no «espontaneísmo» ingénuo e perigoso.

1. A *acção pessoal* deveria depender da maturidade intelectual, afectiva, social e da consciência da pessoa esclarecida⁵. A intervenção sensata, o compromisso social em formas concretas da vida profissional, social, familiar e política directa, deveriam ser o reagir natural das pessoas conscientes da sua corresponsabilidade na orientação do mundo. É essencial que, a necessária e moralmente obrigatória intervenção, tenha a qualidade da verdade, da liberdade e do serviço, com apurada consciência da situação histórica, orientada por uma apurada escala de valores personalistas⁶.

Ninguém se deverá julgar dispensado e de se colocar fora do jogo; o envolvimento, para que se cumpra o projecto «humanista total», é tarefa de todos; não há acção correcta a não ser aquela em que cada consciência particular, mesmo que viva

⁴ Cf. III/498.

⁵ *Ibid.*

⁶ Cf. I/483 e 504.

retirada, amadurece a consciência global, o drama total da época em que vive⁷. Isto explicitado significa que não haverá autêntico desenvolvimento e transformação do mundo, sem o pertinente e permanente desenvolvimento das pessoas. É que o externo depende das intimidades amadurecidas na contemplação que gera a lucidez e conduz a vontade para a intervenção oportuna nos domínios da economia, da educação e até da religião, como factor de maturidade⁸.

2. A *intervenção política* é pois um aspecto fundamental de todos os cidadãos, cada um no seu domínio, segundo as próprias capacidades e respectivo papel, função e estatuto. E porque a acção política directa é complexa, exige o empenhamento complementar de diferentes capacidades, todas motivadas pelo mesmo projecto e idênticos critérios, para conseguir «pessoas comunitárias».

A harmonia na diferença, não é espontânea. Exige de todos atenção ao essencial, acolhimento empático dos outros e ascética renúncia a gostos pessoais secundários. E porque a «acção política não é tudo, mas está em tudo», é importante que todos e cada um estejamos atentos às intervenções ou omissões, nos compromissos que assumimos, porque nunca são neutros ou indiferentes.

Em todas as situações é essencial não perder de vista o Absoluto e as Pessoas, como referências. A acção política e o testemunho de vida são meios; torna-se importante vigiar para que subrepticamente não tomem lugar de fins.

Em traços largos, isto seria a previsão do processo e do projecto personalista⁹. E para chegarmos a estes objectivos, devemos percorrer, pedagogicamente, cada um dos elementos a ter em conta.

VI — Pessoa e Comunidade

Para Mounier e seus seguidores personalistas ou sociais democratas, a *pessoa* é o sujeito e o objectivo da sua perspectiva,

⁷ Cf. I/483.

⁸ Cf. III/500.

⁹ Cf. I/74 e 152; IV/239.

metodologia e empenhamento. Resumidamente, tem as seguintes características fundamentais de base tomista:

1. Recendo encerrar a pessoa numa definição, insiste que é essencial afirmar a sua unidade, imanência e transcendência, realizando-se num compromisso histórico em que se torna ser de cultura, ético, estético e político.

E parece-lhe que será mais correcto descrever a pessoa do que defini-la. E considera-a:

- a. Como ser pessoal, é espiritual e como tal realiza uma forma de subsistência e independência do seu ser;
- b. Define-se pela adesão a uma hierarquia de valores, de forma livre e em constante redefinição e apuramento;
- c. Vive no concreto, segundo os valores adoptados e assumidos numa certa forma de compromisso e constante conversão;
- d. Unifica toda a sua actividade em liberdade e, de forma criativa, realiza a própria vocação¹⁰.

Além de afirmar a unidade, insiste na comunicabilidade e na acção sobre a natureza e na história, orientando o próprio agir segundo uma escala de valores, aberta ao transcendente e ao compromisso, sujeito a revisão existencial, a conversão de identidade de projecto, em efectividade histórica.

2. A pessoa não se identifica com carácter, personalidade e até indivíduo, sem mais; a pessoa é alguém, aberto a ser e a estar em comunhão, um fim que não se pode subordinar a nada, a não ser à busca última da felicidade, o Absoluto, pela mediação dos valores temporais. Os *valores* é que devem definir o movimento do ser pessoal. E considera a essência dos valores como algo objectivo e subjectivo, enquanto são, simultaneamente, permanentes e históricos. No concreto, o que as pessoas desejam e buscam, de modo mais ou menos explícito, é a *felicidade* que supõe condições humanas de realização das necessidades físicas, psíquicas e sociais, tendo na base o exercício efectivo da liberdade que se empenha na linha da auto-afirmação e segurança pessoal e familiar:

A *ciência*, ou busca de razões, libertas de preconceitos, acerca de tudo o que nos diz respeito no tempo e para além dele.

¹⁰ Cf. III/242.

A *verdade*, ou seja, a permanente conversão do ser total, a que cada pessoa está vocacionada por dinâmica criacional imanente.

Valores éticos e estéticos, levando a pessoa a ser autêntica, sem alienações e criativa na expressão cultural.

Valores religiosos e históricos pelos quais a pessoa se empenha, no tempo, com realismo e sentido da transcendência.

O *personalismo cristão* vive destes valores, referindo-se à Verdade da pessoa revelada em Jesus Cristo: a liberdade, a comunicação, a fidelidade, a vocação encarnada, o compromisso e a abertura ao transcendente em todas as situações sempre atenta à vida comunitária com amor, bondade e caridade¹¹.

3. As *dimensões pessoais* devem ser encaradas numa totalidade englobante unificada: corpo, espírito, imanência e transcendência, liberdades, determinismos e história, ser e ter, interioridade e exterioridade, valores e estruturas, acção e contemplação, pessoa e comunidade, ciência e consciência, à volta do «eu» pessoal.

Reage contra o idealismo ocidental que envenenou a Filosofia, a Teologia, a Política e a Ética, em que a pessoa foi a grande ignorada e sacrificada, nomeadamente pelo capitalismo burguês. Por seu lado, o marxismo ignora a unidade e complexidade da pessoa como ser simultaneamente imanente, transcendente e original, com vocação de liberdade, sociabilidade e autonomia, com dimensões de eternidade¹².

A pessoa tem consciência de si a partir do encontro que traduzem a sua encarnação, comunhão e vocação histórica, aberta à transcendência que a habita como apetência de Absoluto:

a. *Exterioridade pessoal*

A pessoa tem consciência de si a partir do encontro com o mundo e com os outros, enquanto intimidade que necessita de exterioridade, do tu para saber do eu¹³. Este encontro com o mundo e com os outros, tem uma dupla dimensão — apropriativa e, sobretudo, oblativa, no dom de si, cuja forma superior é o amor oblativo¹⁴.

¹¹ Cf. I/216.

¹² Cf. III/447.

¹³ Cf. I/765.

¹⁴ Cf. III/455.

- b. A *interioridade* é uma dimensão fundamental ligada ao princípio da realidade pessoal do ser em si e por si. A qualidade e intensidade da vida íntima, facilita a possibilidade de comunicação e comunhão com os outros¹⁵. Mas esta orientação necessita de ser cultivada pertinentemente, para evitar o egotismo ou a dispersão.
- c. *Transcendência* ou translimitação é uma outra dimensão intrínseca e constitutiva da pessoa. A condição humana é de projecto e de superação, sem limite temporal; o fim está para além dos fins históricos. É um aspecto fundamental da dignidade humana; se fosse pura imanência seria demasiado limitada. A pessoa não é auto-suficiente, mas aberta a mais do que ela, é um termo de qualidade de ser. Por isso não se dilui no quotidiano e na história, onde vive a imanência e a transcendência, com certa angústia ontológica no compromisso quotidiano¹⁶.
 Todavia, esta interacção dos dois aspectos fundamentais, ajuda a uma constante revisão e apuramento dos valores, como consciência crítica e avaliativa do real envolvente. A consciência da presença de Deus na imanência histórica, anima a dinâmica da revolução personalista e ajuda o discernimento criterioso, sem cair em teocracias nem no mundo fechado¹⁷.

5. A *vida comunitária*, como movimento histórico e utopia a desenvolver, faz parte da própria identificação e realização das pessoas sadias. Esta vida em comunidade é uma exigência pessoal para se tornar ela mesma social para a partilha de bens de toda a ordem. A vida comunitária sadia é fonte de equilíbrio, de vivência ética e de aculturação, na medida que é democrática e adulta.

As ditaduras produzem estruturas e superestruturas, mas não cultura, porque esta é fruto de criatividade e coerência, que só se exerce em clima de liberdade responsável.

Pessoa e comunidade devem estar em simbiose, na interdependência recíproca, em que cada grupo tem a sua função: Família, Escola, grupos de livre escolha e estruturas sociais

¹⁵ Cf. III/469.

¹⁶ Cf. I/768.

¹⁷ Cf. III/226.

mais amplas. A sociedade é «pessoa colectiva» de pessoas singulares, em que cada um se afirma na intercomunhão, em liberdade e complementaridade.

Mas é essencial prevenir que o «eu» não se torne um «nós» de grupo anónimo, que funciona mecanicamente e sob pressão da ideologia ou interesses mesquinhos. Tanto é negativo o individualismo como a exaltação colectiva, geradora de anonimato e violência irracional.

As sociedades vitais, para serem eticamente aculturadas, são a Família, a Escola, a Empresa, a Pátria que responsabilizam para os serviços recíprocos e abrem ao apoio internacional, formando a consciência de ser com, por e para os outros, de forma a criar sociedades racionais, comandadas pelo ser e não pelo ter.

O objectivo deve ser criar *comunidades personalistas*, em que as pessoas sejam mais que «sócios», mas a realização integral das mesmas, segundo as próprias capacidades e vocações, em que todos se aceitam, apoiam, estimulam de forma exigente, em que a injustiça é superada pelo amor¹⁸. Cada um é cada mais ele mesmo, ultrapassa os conflitos infantis do egocentrismo e abre-se à vida fraterna. Para se chegar lá é necessário promover uma pedagogia do ser e do partilhar, ultrapassando o anarquismo e a ditadura.

VII — A pedagogia personalista

Como dissemos, Mounier defendia-se da tentação de construir um sistema, uma ideologia; propunha sobretudo uma utopia, um dinâmico modelo de vida humanizada e respectiva metodologia pedagógica como alternativa à degradada vida social dos anos 30-40.

Como estratégia, propunha-se conseguir tais objectivos com tácticas de colaboração com várias formações sociais e políticas, mas tendo como meio privilegiado a educação popular, na perspectiva duma democracia personalista e pluralista.

1. *Como fundamento* da nova ordem alternativa, trata-se de uma questão de educação, ultrapassando dois escolhos que corroem a sociedade: o individualismo e o colectivismo, porque

¹⁸ Cf. III/459 e I/193.

ambos esquecem o essencial que são as pessoas, como autónomas e comunitárias, em liberdade responsável.

A experiência capitalista e comunista, por processos diferentes, conduzem à alienação das pessoas que se tornam meios em vez de serem a razão de ser da organização social aberta, e em que todos tenham palavra e responsável participação, moralmente obrigatória. Torna-se urgente ultrapassar o egotismo redutor e o colectivismo massificador, pelo personalismo comunitário, em que é reconhecida e promovida a imanência, a transcendência e corresponsabilidade¹⁹.

2. *Pessoa e comunidade* são dados correlativos para a existência sadia das pessoas. Por isso mesmo há que ter em conta o papel mediático das instituições sociais que devem adaptar-se à evolução das pessoas que são seu sujeito e razão de ser. O fim das organizações sociais é a libertação, o desenvolvimento pessoal de todos e cada um dos intervenientes, permitindo e estimulando a iniciativa, promovendo a responsabilidade recíproca e a descentralização institucional²⁰.

Tendo clara consciência da situação difícil em que se vive, insiste que «não há para a pessoa vida de alma separada da vida do corpo, nem reforma moral sem uma adaptação técnica nem, em tempo de crise, revolução espiritual sem revolução material»²¹. É que «o pão é uma condição da liberdade e a revolução material inseparável da revolução espiritual»²². Todos os dados devem ser considerados e aplicados esforçada e simultaneamente, para não cair em ilusões e frustrações.

A reforma progressiva deve ter em conta as pessoas concretas e as necessárias instituições face a um projecto cujo modelo é a «pessoa comunitária», ou seja, livre e comprometida, ser por si e em partilha do que é e do que tem.

3. *Pedagogia e revolução* são condições necessárias para se conseguir a democracia real. Daí que nunca se investe demasiado na educação dum povo, de todo o povo, de modo a torná-lo aculturado, adulto e comunitário, na partilha das responsabilidades mútuas. A «democracia» deve evitar o escolho da aliena-

¹⁹ Cf. III/452.

²⁰ Cf. I/548.

²¹ III/217.

²² Cf. II/169.

ção idealista ou materialista, e propor um objectivo, o personalismo comunitário, com métodos democráticos adaptados a cada estágio da evolução sócio-política dos grupos, de modo a fazer de todos os cidadãos pessoas lucidamente comprometidas com os outros que favorecem o diálogo e a diversificação razoável²³.

Assim, é preciso nunca perder de vista o essencial ser metafísico pessoal²⁴, porque a pessoa, sendo sujeito, não é «res Societatis», «res Ecclesiae» ou «res Familiaee»²⁵. Não há educação indiferente. Consciente da actual sociedade pluralista, o Estado deve permitir o desabrochar de todos, pertencendo à Família a orientação educativa na linha da consciência libertadora e fraterna²⁶.

4. *Educação e valores*

Visto que não é possível, no concreto, uma educação neutra, é fundamental não impor dogmatismos ou fanatismos unilaterais, nem cair em situações fluidas de indiferentismo ou ecletismo relativamente aos valores fundamentais, decorrentes duma antropologia aberta e realista:

- a. O primeiro valor a desenvolver é a *consciência humana* livre, analítica, aberta ao conhecimento e avaliação da globalidade da vida. Paralelamente, cada pessoa deve tomar consciência da imanência, transcendência e sentido solidário ou comunitário, o que nunca pode ser imposto pela via revolucionária, mas pela educação sadia²⁷.
- b. Cada pessoa deverá *descobrir o valor* único da sua vocação, o sentido da própria existência e constituição pessoal, porque cada pessoa tem um significado único que ninguém poderá substituir no conjunto do universo das pessoas²⁸. Cada pessoa deve descobrir-se e ser fiel a si mesma, ao seu significado mais profundo. A educação

²³ Cf. I/550; III/506 e 521; I/414.

²⁴ Cf. I/414.

²⁵ Cf. III/522.

²⁶ Cf. I/556.

²⁷ Cf. III/468.

²⁸ Cf. I/750.

deverá proporcionar esta busca e favorecer a respectiva fidelidade, sem manipulação de qualquer ordem.

- c. A *liberdade pessoal* é a primeira expressão da vida pessoal descoberta e a assumir com verdade. Pela liberdade, o mundo será humanizado²⁹ e as culturas, a ciência, a técnica, a arte, a política e a vida social podem e devem tomar dimensões humanas libertadoras.

Distinguindo claramente que a liberdade é de ordem metafísica, antes de ter dimensões sociais, insiste que ela é constitutiva da identidade pessoal. Daí que os sistemas sociais, que retiram a liberdade no exercício responsável da vida social, destroem as pessoas que proclamam pretender servir³⁰.

Por outro lado, a *liberdade está condicionada* pelas mediações em que terá de ser exercida comunitariamente. De facto, a liberdade sem limites é arbitrária; e a liberdade como puro acto, voluntarista, irracional, é difícil de distinguir da vontade de poder inconstante. A verdadeira liberdade é uma constante conquista sobre o nosso egoísmo e luta com o meio ambiente sedutor. Na verdade, é no concreto, no real que cada pessoa toma consciência das escolhas que faz, consentindo nos limites impostos pelas circunstâncias, segundo uma ordem de valores orientadora duma existência que se assume no provisório. É que a liberdade é exercida na encarnação, no assumir concreto das opções e não em puro sonho anarquista, do tipo de Bakunin³¹. A liberdade, mais que conceitos de «indiferença» ou espontaneidade, é sim à capacidade de *sim e não*, face à vida a viver como verdadeira aventura humana.

- e. *Compromisso e fidelidade* são outros valores fundamentais da pessoa normal e adulta, a desenvolver constantemente. Para Mounier, fidelidade e compromisso, significam a constância coerente no projecto que cada pessoa deve desenvolver no dia a dia, com imaginação

²⁹ Cf. I/532.

³⁰ Cf. III/478.

³¹ Cf. III/192; 202; 483; I/524.

e criatividade, comandadas pela lógica que brota da busca da Verdade objectiva.

Os constantes recomeços implicam riscos. O essencial é que sejam riscos medidos, de modo a nunca comprometer o essencial de ser pessoa honesta, competente, empenhada na e com a comunidade aberta. As lutas não devem ser contra ninguém, mas contra as formas de desumanidade que brotam dentro de nós e à nossa volta. Por isso mesmo é preciso fazer apelo à memória e à história e confrontá-las com o projecto da «pessoa comunitária», em constante construção e afinamento avaliativo.

No provisório e no factual, é fundamental não cair na facilidade, refugiar-se no solipsismo, nem perder-se no afã de ter e consumir. A fidelidade supõe esta permanente dinâmica de auto-consciência, em abertura aos outros e ao Outro, à comunhão renovadora e à conversão nunca concluída³².

A fidelidade é pois uma exigência da verdade e de continuidade no ser de projecto e compromisso que cada pessoa é, relativamente a si e à comunidade, no escoar do tempo que é o campo em que se semeia, nasce, floresce e frutifica a eternidade.

Cada pessoa tem uma identidade biológica, legal e cultural, segundo a vocação pessoal.

VIII — *A pessoa e a natureza*

Sem ser propriamente um «ecologista verde», Mounier empenhou-se em rever, criticamente, a doentia relação das pessoas com a natureza. A pessoa deve relacionar-se com ela de modo racional, numa «relação dialéctica e ascendente»³³. É que as pessoas estão ligadas ao cosmos, são «microcosmos» e têm a missão de humanizar a terra, pela ciência e cultura, mas respeitando o seu sentido sem a destruir nem deteriorar, como acontece com o capitalismo selvagem devorador de tudo, sem ética nem estética:

³² Cf. I/194; 369; II/751; III/455.

³³ Cf. III/448.

1. As pessoas devem «dar nome» à natureza, isto é, conhecê-la, desenvolvê-la e utilizá-la de modo racional; sem ambiguidade, deve por-se ao serviço da humanidade, pensando solidariamente nos que vivem hoje e nos que virão depois de nós, sem sofregamente apoderar-se destrutivamente de tudo, comprometendo até o equilíbrio biológico e ecológico.

2. É essencial vencer o perigo do consumismo. As pessoas viciadas pelo afã de ter e consumir, tornam-se escravas das coisas. É essencial manter adequada distância crítica relativamente à vontade de acumulação e ao desvario do consumo animal; senão é fácil cair na escravidão do ter em detrimento do ser³⁴.

3. Enquanto «existência incorporada», a razoável posse e uso de bens pessoais e familiares, é um direito que se deve efectivar pelo trabalho dedicado, competente e honesto. Mas acautelar-se para não cair no conceito burguês que constrói o mito da felicidade na acumulação, sem pensar na responsabilidade da solidariedade efectiva. A consciência de poder, que vem da apropriação desregrada, torna as pessoas distantes, duras, egoístas, desconfiadas e opressoras³⁵.

4. O trabalho e a técnica devem ser apuradamente utilizados como meio de realização personalizada da pessoa e da comunidade. É importante ultrapassar a heresia da produção e do trabalho como fins que escravizam, como acontece nos degradantes sistemas capitalista e comunista.

O trabalho, verdadeiramente humano, é processo de auto-expressão, de realização pessoal e de capacidades partilhadas, de comunhão na produção e na razoável partilha de bens produzidos, mantendo a liberdade sobre as coisas³⁶.

IX — *Cultura humanizante*

No contexto industrial em que viveu Mounier, muito do saber a adquirir era comandado pelo interesse imediato, a mecânica e o utilitário, em vista da produção. A cultura livre era praticamente reservada às «castas académicas» que se refu-

³⁴ Cf. III/447; 466.

³⁵ Cf. I/435.

³⁶ Cf. I/278; III/213; 449.

giavam no «livresco desenraizado»³⁷. Por outro lado, a comercialização do saber, cava a divisão de valores entre burgueses e proletários, ricos e pobres:

1. Ora a cultura deve ser um benefício, um serviço a que todos deveriam ter acesso. É imoral a sociedade que não investe nesta dimensão de proporcionar a todos o pão da cultura³⁸.

A cultura sadia deve desentranhar as potencialidades pessoais, dar-lhes o sentido comunitário, empenhando-se no presente e no seu próprio meio, sem perder os horizontes da solidariedade universal.

2. A cultura deve ser libertadora, enquanto ilustra a inteligência, desperta a pessoa para a interrogação e a abre ao diálogo, em vista da complementaridade na interpretação do mundo e dos acontecimentos. É essencial que as pessoas não sejam envolvidas nas malhas da ideologia, para permanecerem abertas ao real e capazes de pôr em questão as soluções que são sempre provisórias. Aqueles que mais sabem, não se devem considerar privilegiados, mas ter consciência de servir melhor aqueles com quem partilham a vida. O saber deve desenvolver a solidariedade, o compromisso comunitário e democrático³⁹.

A autêntica cultura popular evita a manipulação e dá às pessoas o sentido da dignidade e do dever da partilha, em todos os capítulos da vida: o que são, o que têm e o que podem ser e fazer. A verdadeira cultura humaniza e é caminho para atitudes éticas personalistas.

FR. BERNARDO DOMINGUES, OP

³⁷ Cf. III/522.

³⁸ Cf. I/59; 74.

³⁹ Cf. I/578.